

36º Encontro Anual da Anpocs

GT 02-Comportamento Político

Atalhos eleitorais e confiança interpessoal

Nelson Eugênio P. Montenegro

Sofisticação Política em Feira de Santana

A sofisticação política como teoria pretende revelar generalizações a respeito do grau de conhecimento e envolvimento dos eleitores com a política, se participam de algum grupo político comunitário, dos meios em que o eleitor procura se informar sobre a política, e de como ele utiliza estas informações para votar. Perguntas como: o interesse pela política aumenta durante a campanha eleitoral, quais os meios utilizados pelo eleitor para adquirir informações de candidatos e da política cotidiana, são importantes para mesurar o estágio democrático em que se encontra o Brasil.

Democracias desenvolvidas apesar de taxas declinantes de comparecimento eleitoral, apresentam um aumento na participação cívica, e um alto percentual de eleitores sofisticados. A constatação de sofisticação política por parte dos eleitores é um bom indicador de desenvolvimento democrático, não implica um grau avançado de participação, mas pode demonstrar um olho atento aos resultados das políticas públicas.

Na sua maioria os trabalhos sobre o tema vem acompanhado de pesquisas de opinião. As pesquisas são um trunfo para esta literatura, possibilitando comparações espaciais e temporais. Através delas os estudiosos podem replicar perguntas semelhantes a diferentes populações. As pesquisas também revelam a dedicação dos estudiosos do comportamento eleitoral com os dados e o rigor científico.

O presente trabalho apresenta uma contribuição para as pesquisa em Comportamento Político. Uma pesquisa no município de Feira de Santana no estado da Bahia realizada em setembro de 2010. Esta pesquisa faz parte de um projeto maior de fomento ao capital social como alternativa a reformas políticas institucionais. O projeto de intervenção política pretende ao longo dos anos incentivar a formação de clubes, grupos culturais, e a implantação de orçamento participativo. Os objetivos são os de

criar mecanismos para o incentivo à sofisticação política, e ao desenvolvimento político dos municípios. Junto a pesquisas bianuais, o projeto fará o monitoramento do número e tipo de associações presentes no município de Feira de Santana.

O artigo está dividido em seis sessões. A segunda apresenta uma revisão de literatura das duas teorias mais citadas para a explicação da sofisticação política dos eleitores. As duas teorias são tratadas na literatura com antagônicas, mas como outras teorias rivais são na verdade complementares. Como veremos no Brasil as explicações de uma teoria não dão conta de outras dimensões do comportamento eleitoral. A terceira sessão apresenta as teorias recentes da escolha racional no Brasil. Existe um grande avanço nos últimos anos sobre a compreensão de como o eleitor se comporta. As hipóteses que afirmam existir mecanismos de atalho para a aquisição de informação vêm a cada nova pesquisa demonstrando maior consistência. Contudo, a sofisticação eleitoral via atalhos revela uma sofisticação eleitoral pouco consistente, sem a relação com a partidos ou clivagens bem definidas não podemos atestar uma sofisticação ao eleitor mediano brasileiro.

A quarta sessão apresenta as hipóteses das teorias históricas sociológicas desenvolvidas no Brasil. E a possibilidade do conceito de Capital Social ajudar a entender e transformar comunidades apáticas politicamente. Por fim, são apresentadas as hipóteses e os dados quanto ao conhecimento de candidatos e voto, a participação política em organizações coletivas, a frequência em que participam de reuniões coletivas, a frequência e o local em que ocorrem conversas sobre política, e grau de confiança dos pesquisados em grupos de indivíduos e instituições.

2. Teorias da Sofisticação Política

Na literatura da Ciência Política Contemporânea o tema da sofisticação aparece com clareza no trabalho de Schumpeter (1961). Para o autor, o cidadão mediano teria pouca sofisticação política, o interesse nas atividades de lazer seria maior do que o na política. A solução para a necessidade de produzir soluções políticas coletivas ocorreria por meio de delegação a líderes partidários. Com a argumentação de Schumpeter a teoria da sofisticação política assumia uma versão bastante plausível, de que no mundo contemporâneo com a divisão do trabalho não seria possível a participação constante dos cidadãos na política.

Anos depois, a tradição de pouca participação foi reformulada por Downs (1999). A falta de interesse do cidadão schumpeteriano se tornou uma teoria consistente, na qual o eleitor se informava das opções eleitorais, comparando os resultados do governo pregresso com as promessas do candidato da oposição. Utilizando apenas esta avaliação o cidadão poderia continuar com o seu lazer, sem que sua baixa participação se tornasse um problema de má administração pública. Nesta avaliação pregressa as variáveis econômicas ganham peso, e torna-se importante o conceito de identificação partidária, visto que para comparar os governos, os partidos como organizações devem ter uma identidade capaz de diferenciá-los das outras agremiações.

A sofisticação nesta teoria se dá pelo grau de informação que os eleitores acumulam durante o período eleitoral, lhes proporcionando subsídio para diferenciar os partidos e avaliar os candidatos. Avanços posteriores revelaram que não somente a questão econômica é crucial, mas também questões valorativas que possam definir as ideologias e intenções dos candidatos. Os eleitores nesta teoria deixam de ser alienados como propôs Schumpeter, para se tornarem eleitores que buscam minimizar os custos de envolvimento político, que demanda tempo, procurando atalhos que facilitam sua informação. Assim podemos afirmar que existe sofisticação no eleitor downsiano, mas que esta se restringe ao comportamento individual do eleitor, e tem foco no período eleitoral.

Em oposição ao argumento de Downs e outros, que simplifica a explicação da sofisticação eleitoral a escolha de alternativas de governo. Outro grupo de estudiosos desenvolveu uma explicação histórico sociológico que tem como principais variáveis a passagem do mundo agrário para o industrial, e da vida local para as questões nacionais, como as estruturas determinantes para a definição de clivagens Rokhan e Lipset (1972). Historicamente a definição das clivagens conduz a polarizações institucionais, resultando nos partidos. A estabilidade de clivagens e o reconhecimento mútuo entre partidos e eleitores resultam por fim no alinhamento dos eleitores, que varia na maioria dos casos entre alinhamentos: religiosos, culturais, políticos, ou geográficos.

A teoria histórica sociológica, entende a sofisticação eleitoral não apenas como o grau de informação que os eleitores adquirem no período eleitoral. A sofisticação se

revelaria também no envolvimento dos eleitores com questões e preocupações coletivas de sua comunidade. A participação em associações, clubes ou grupos esportivos seriam um indicador mais acurado para medir a sofisticação política do eleitor. Tal participação fomentaria uma cultura política, mas profunda do que a simples participação periódica nas eleições. A participação proporcionaria aos indivíduos e sua comunidade um leque de valores, normas e atitudes fomentariam um conhecimento comum que auxiliaria a condução da política no seu dia a dia, ligando o cotidiano dos eleitores com o sistema de representação e institucional do estado.

Posteriormente a teoria histórica sociológica da sofisticação eleitoral ganha uma importante aliada tanto conceitual como empírica com o surgimento do conceito de Capital Social, que tem como tese a relação causal entre maior número de associações comunitárias, a confiança nas pessoas de sua comunidade e a sofisticação política do tipo histórica sociológica. A teoria do Capital Social ajuda a entender como o bom convívio em comunidades pode resultar em maior participação e envolvimento dos eleitores. Putman (1993) e outros autores constataam que cidades com maior índice de participação tem melhor desempenho político.

3 - Hipóteses recentes da teoria da escolha racional para a sofisticação eleitoral no Brasil

No Brasil as pesquisas sobre o tema da sofisticação política revelam em sua maioria um eleitor apático, do tipo descrito pela teoria da escolha racional. Pesquisas que medem a participação dos brasileiros em associações e clubes apresentam níveis muito baixos de participação se comparados a outros países. Esta constatação faz com que os estudiosos da sofisticação eleitoral no Brasil concentrem suas pesquisas testando as hipóteses da teoria da escolha racional, procurando por identidades partidárias, atalhos e questões valorativas que possam explicar quais as motivações os brasileiros utilizam para votar.

Dentre os estudiosos que procuram pelas variáveis da teoria escolha racional encontra-se Yan Carreirão, que numa serie de artigos demonstra que apesar da baixa identidade partidária dos brasileiros, parte deles tem identidade, e que principalmente, aqueles que não apresentam identidade partidária, possuem a capacidade se posicionar no espectro ideológico através de perguntas valorativas, da avaliação pessoal dos

candidatos, e da rejeição a partidos e candidatos. Sua conclusão é a de que não existe uma identidade mais sim um sentimento, uma noção mais branda, dos eleitores para com candidatos. Atalhos são utilizados pelo eleitor para adquirir informação sobre os candidatos. Isto significa que a teoria da escolha racional uma vez naturalizada para o Brasil, oferece boas explicações para a sofisticação eleitoral do brasileiro.

Vamos aqui revisar três artigos, dentre outros, de Carreirão que mostram esta progressão em sua pesquisa. Num primeiro artigo os autores pretendem verificar se existe uma identidade partidária por parte dos eleitores e como esta identidade se apresenta ao longo do tempo (Carreirão e Kinzo 2004). A hipótese principal é a de que após o período de redemocratização que incentivou a participação política, a identidade partidária do brasileiro vem diminuindo.

Um primeiro dado mostra que a preferência, não a identidade, é importante frisar a diferença, é estável, na media 46% dos eleitores tem preferência por algum partido no período de 1989 a 2002. O PT e o PMDB são os partidos mais lembrados Havendo uma inversão no primeiro lugar. O PMDB é o preferido no começo da amostra, e ao longo do tempo inverte a posição com o PT que tinha a segunda posição em 1989. Outros partidos não chegam a representar 5% da preferência nacional. Se distribuída à amostra pela categoria do grau de escolaridade é possível observar um incremento na preferência dos eleitores com o aumento do grau de escolaridade.

Ao relacionar a preferência partidária e o partido em que votaram, os autores constatarem que os eleitores são consistentes na sua posição no espectro ideológico esquerda – direita. Eleitores que preferem partidos de direita votam em sua maioria em partidos de direita e assim para centro e esquerda. Talvez o principal achado do artigo seja a relação entre rejeição e voto, pois enquanto a preferência mostra uma margem de não congruência entre preferência e partido escolhido na votação, esta margem quase desaparece no caso da rejeição. Quem rejeita um partido não vota nele.

O artigo, portanto revela um grau de sofisticação política que aumenta com a escolaridade. Revela também que os eleitores brasileiros não utilizam o espectro ideológico como meio de diminuir custos de informação, mas que por outro lado é consistente no espectro ideológico quanto este apresenta apenas as posições generalistas

de esquerda, direita e centro. E que para reforçar esta localização no espectro utilizam-se da rejeição a candidatos.

Em outro artigo Carreirão, juntamente a Barbeta (2004), tem a intenção de criar um modelo de decisão do voto para os eleitores da grande São Paulo. Os autores apresentam uma série de seis hipóteses, que pretendem saber: se existe um sistema de crenças que estruture o voto dos eleitores, se existe uma identificação ideológica do eleitor no espectro esquerda - direita, se existe uma identificação com partidos, se a avaliação do desempenho do atual governo influencia o voto, se a capacidade e características pessoais dos candidatos são importantes para a escolha, e por fim, se a imagem de defensor do povo tem relevância na escolha dos eleitores.

O teste das hipóteses mostra um ambiente eleitoral complexo, no qual algumas variáveis são importantes para explicar o voto em certos candidatos, mas não para todos. A estrutura de crenças varia, para alguns candidatos a religião é importante, para outros a renda pode explicar em parte os votos. Enquanto a identificação ideológica se mostrou pouco importante, e que aqui está o principal achado de Carreirão. Ao invés de identidade com os partidos os eleitores demonstraram ter sentimentos para com os partidos, o que abrandava a identificação com os partidos.

Quanto às hipóteses de haverem atalhos no modo como os eleitores decidem seu voto, como explícita a teoria da escolha racional. Os autores concluem que, o desempenho do governo é uma variável importante para predizer a escolha eleitoral. Assim como atributos pessoais são usados pelos eleitores para decidir. Honestidade e competência administrativa são os dois principais atributos avaliados pelos eleitores na sua decisão. Novamente temos que rejeição e atributos pessoais são decisivos como informação para a escolha dos candidatos.

No terceiro artigo revisado, Carreirão (2008) foca seu interesse no conceito de sentimento partidário, para verificar a existência de algum tipo de estrutura de preferências do eleitor brasileiro. Sua principal hipótese é novamente a de um declínio ao longo dos anos na identificação partidária dos eleitores, já que, como havia constatado Carreirão e Kinzo (2004), o PT seria o partido com maior identificação por parte dos eleitores. Posta esta identificação petista, o autor aponta como motivo para o

declínio da preferência pelo PT, à mudança na postura do PT quando a sua aplicação da política econômica. Tornando a dimensão ideológica direita – esquerda, não mais uma importante variável para entender o comportamento dos eleitores brasileiros.

O autor ao medir o sentimento partidário, através de uma série de perguntas sobre a opinião dos eleitores em diferentes temas como: a preferência entre democracia e ditadura; a preferência por candidatos que roubam, mas fazem; a preferência pelo clientelismo. E outras perguntas que criam sofisticados índices servindo como *proxy* para avaliar a tendência ao apoio a direita ou a esquerda. Carreirão encontra uma correlação baixa, todavia suficiente para revelar uma distinção entre eleitores de esquerda e direita.

Contudo, como previsto pela hipótese esta preferência por partidos vem declinando mesmo nos eleitores de PT e PMDB, que apresentavam maiores consistência ideológica. Ao longo do tempo também foi possível constatar uma mudança no perfil do eleitorado do PT, que se tornou menos ideológico, menos escolarizado e mais concentrado em regiões subdesenvolvidas, talvez um reflexo dos programas do governo Lula.

A procura por variáveis que possam explicar o comportamento eleitoral do brasileiro e, seu grau de sofisticação é também uma tarefa empreendida com afínco por Lucio Rennó. Aqui vamos revisar os argumentos e achados de uma série de artigos nos quais, Rennó utiliza as mais variadas hipóteses existentes na literatura, entre elas: a procura pela existência de clivagens, a verificação de atalhos informacionais, a influência da política econômica. O ecletismo de Rennó não se baliza por escolas e na próxima sessão quando da revisão sobre a aplicação da teoria histórica - sociológica, apresentaremos as hipóteses vinculadas a esta teoria.

Rennó juntamente com Baker e Ames (2006, 2009, 2010), apresenta numa série de artigos os achados de sua pesquisa realizada em Juiz de Fora e Caxias do Sul. Estas pesquisas são as fontes de comparação para o presente artigo, contudo nesta seção serão apresentadas sem referências as cidades, apenas a teoria e os dados serão o foco da revisão. No primeiro dos artigos os autores começam a desenvolver sua tese de que em

ambientes complexos o eleitor busca a informação política em discussões dentro do seu círculo cotidiano de amizades, família, e colegas de trabalho.

A complexidade do ambiente eleitoral brasileiro é em grande parte relacionada com o ambiente institucional, no qual existem uma quantidade enorme de partidos e candidatos, e estes partidos não são consistentes ideologicamente. Fazendo com que o eleitor tenha custos muito altos de obtenção de informações a partir da comparação entre candidatos como pressupõe a teoria da escolha racional. Tal complexidade do ambiente leva os eleitores a concentrar suas energias para aquisição de informação sobre a política no período de campanha. Os dados da pesquisa de Baker, Ames, e Rennó revelam um ambiente volátil durante a campanha, no qual a preferência por candidatos varia.

Os dados também confirmam a hipótese de aquisição e troca de informações eleitorais no círculo cotidiano dos candidatos. O que os autores chamam de “hot-talk”. Ou seja, conversas com pessoas de seu círculo cotidiano que apresentam alto grau de informalidade, e por este motivo são sinceras na sua exposição e acolhimento. Resultando em trocas de informações sobre os candidatos e em mudança na preferência eleitoral ou confirmação da escolha. Possivelmente explicitem uma fonte de informação confiável e decisiva.

Os autores continuam a desenvolver o modelo de comportamento eleitoral para ambientes complexos em artigo que utiliza o “voto casado”, como variável para medir a sofisticação eleitoral do brasileiro. Votar casado significa votar nos candidatos do mesmo partido. Como no Brasil são eleitos ao mesmo tempo os cargos estaduais e federais, o eleitor tem a possibilidade de escolher candidatos de diferentes partidos, para cada dimensão da federação. Ao medir o grau de dispersão partidária no voto do eleitor os autores podem verificar se os eleitores brasileiros utilizam os partidos como meio de diminuir os custos de informação, como prediz a teoria da escolha racional.

Ao mesmo tempo a variável “votar casado” pode explicar em parte problemas institucionais de custo de formação de coalizões governantes no parlamento. Ao não votar casado, principalmente, votando no deputado federal de partido não pertence à coalizão eleitoral do candidato a presidente, os eleitores diminuem o poder de formar

coalizão dos presidentes. Uma explicação encontrada para a votação não casada é a diferença que podem os eleitores fazer entre questões locais, que são tratadas pelos deputados federais e questões presidências de âmbito nacional. Os eleitores votam na maioria em deputados que possam ajudar a sua cidade e região,

Por fim os autores apresentam artigo (Ames, Baker, Renno 2010) que mede a qualidade do voto do eleitor brasileiro. Como voto de “qualidade”, os autores entendem como um voto sem motivações, de clientelismo ou, de beleza pessoal do candidato ou, de outras variáveis que revelam intenções não coletivas no voto. Os dados da pesquisa mostram eleitores que na sua maioria votam nos candidatos e não nas legendas partidárias. Estes dados apontam para uma fonte alternativa de informação durante o processo de escolha de candidatos. Ao invés de usar os partidos, os eleitores brasileiros utilizam a propaganda eleitoral, a mídia, e conversas pessoais para definir seu voto.

A pesquisa também revela que o eleitor brasileiro não lembra em quem votou, tem baixo conhecimento sobre as propostas dos candidatos, se comporta de maneira volátil durante a campanha, mudando sua escolha previa em poucos dias, e por fim, preferem candidatos que se apresentam como clientelistas. Tal perfil do eleitor, juntamente com o ambiente institucional complexo, faz com que a situação econômica no ano da campanha, e alguns temas discutidos durante a campanha se tornem as principais variáveis para explicar o voto no Brasil.

Da revisão de alguns artigos que utilizam as variáveis explicativas da teoria da escolha racional para o voto temos que, o eleitor brasileiro se comporta em boa parte segundo uma lógica de diminuir custos de informação, como prediz a teoria da escolha racional. Contudo, os custos de adquirir informação são apenas em parte vinculados aos partidos.

Partidos em si não são definidores do voto. O número de partidos e a dificuldade em reconhecer a ideologia dos partidos e sua posição no espectro político, fazem com que, neste ambiente complexo, o eleitor utilize um sentimento ideológico, para Carreirão, codificado em questões contundentes para se posicionar no espectro. E para Rennó, outras variáveis como sua condição econômica retrospectiva, e conversas no seu

círculo cotidiano para diminuir seus custos de informação são definidoras da sofisticação e comportamento do eleitor.

Estas conclusões apontam para um eleitor distante da política, que somente pensa na aquisição de informação política durante a campanha. Para reforçar a hipótese de um eleitor apático no Brasil, o artigo revisa em seguida a literatura brasileira que testa as variáveis da teoria histórica – sociológica.

4 - As hipóteses da teoria histórica sociológica no Brasil, e a construção de capital social.

O teste da hipótese histórico sociológica nos ajuda a entender o porquê de nas cidades brasileiras, no caso Feira de Santana, não existir um capital social que fomenta através da discussão política, da amizade e da confiança interpessoal e institucional, um ambiente propício para um compartilhamento do conhecimento político. O teste histórico sociológico também nos ajuda a compreender que, junto ao ambiente institucional complexo, existe um ambiente social que diferencia a casa da rua. No qual o compartilhamento e de conhecimento político e sua discussão somente ocorre dentro do círculo de cotidiano da família, dos amigos e do trabalho.

Nesta sessão a revisão se utiliza dos argumentos e dados de Rennó e Baquero. A intenção é apresentar a teoria histórica sociológica do comportamento eleitoral na literatura brasileira recente, e mostrar como, dentro desta teoria o eleitor adquire informação, e se podemos considerar - lá capaz de auxiliar as explicações sobre o comportamento do eleitor brasileiro.

Baquero pode ser considerado o principal defensor da investigação do tipo histórico - sociológica, sua pesquisa é extensa e eclética, esta revisão se concentra em suas contribuições recentes. Os achados de Baquero (2008) revelam que os atalhos utilizados pelo eleitor brasileiro talvez sejam um sintoma da democracia brasileira, e não um modo racional que os eleitores encontram para solucionar seus problemas coletivos. A partir desta convicção Baquero procura por alternativas, que possam ao mesmo tempo diagnosticar a apatia dos eleitores, e oferecer subsídio para a construção de uma democracia mais qualitativa.

Para tanto o autor aponta o conceito de capital social como meio de avançar nos estudos da sofisticação eleitoral. O capital social é tratado na literatura de maneira diversa, pode significar potencialidades individuais adquiridas por meio de avaliações morais positivas da comunidade, como obrigações para com o grupo que inibem ações individualistas, ou como redes sociais que desenvolvem uma cultura de reciprocidade, confiança interpessoal, promovendo a troca de informações e a comunicação.

Podemos perceber que todos estes significados se encaixam perfeitamente nos problemas de aquisição de informação por parte dos eleitores, diagnosticados pela literatura da escolha racional. A procura por atalhos foi explicada em parte pela apatia dos eleitores, por sua falta de confiança, e pela restrição da confiança ao círculo cotidiano. Para Baquero é exatamente esta relação que faz do conceito de capital social um importante modo de complementar às explicações de como os eleitores adquirem informação.

Para verificar a existência de capital social Baquero utiliza perguntas como: você confia em seu vizinho, em pessoas desconhecidas, nas instituições políticas. Estes questionamentos revelam uma baixa porcentagem de pessoas que confiam tanto em outras pessoas como em instituições. Seus achados são explicados pelo histórico político brasileiro de períodos autoritários. Todavia, para além das conclusões, Baquero aponta a sociedade civil e não reformas políticas como a solução para o aperfeiçoamento da democracia brasileira.

A lógica do capital social segue a relação de quando mais participa de redes e associações maiores a possibilidade de engajamento e interesse pela política. A discussão aberta de problemas coletivos leva a uma maior participação na comunidade, como também na relação com as instituições, diminuindo práticas clientelista e avaliações personalistas dos candidatos.

Rennó, também investiga variáveis históricas - sociológicas (2007) procurando testar a hipótese de que diferente estrato da sociedade brasileira tem informação política desigual. Tal hipótese se aproxima de uma busca por clivagens no eleitorado brasileiro, que pode ser compreendida como uma tentativa de aplicar a teoria histórica sociológica para a explicação o comportamento dos eleitorados. Ao verificar se existem diferenças

entre raça, gênero e renda, o autor lembra que o eleitorado não precisa estar completamente informado para votar, pode se utilizar de atalhos.

Como exposto acima, atalhos informacionais, são utilizados pelo eleitor para diminuir os custos de reconhecimento de todos os candidatos e, da comparação entre eles. A primeira constatação que nos ajuda a entender o a decisão do eleitor brasileiro é a de que grande parte desta informação é adquirida na televisão, os jornais e as campanhas vinculadas no horário político gratuito são grande fonte de informação.

Os dados de sua pesquisa confirmam a hipótese de propensão do eleitor a diminuir os custos na aquisição de informações. Na sua maioria os fatos ocorridos no período de campanha são utilizados como meio de informação pelos eleitores. Quando as variáveis de clivagem o autor constata que mulheres como o mesmo nível de informação que homens participam mais. Contudo, entre a população pesquisa o nível de informação dos homens é maior. No que se refere à renda, quando maior a renda maior é o nível de informação. Assim como, na clivagem de raça, os brancos são mais informados. As conclusões do autor são de que as desigualdades existentes na sociedade transparecem no grau de sofisticação eleitoral do brasileiro.

A constatação de uma desigualdade informacional nos estratos corrobora como os achados de Baquero a respeito da apatia dos eleitores brasileiros. Se estes são os gargalos de uma democracia mais profunda, faz se necessária pesquisar exatamente as variáveis que podem explicar o porquê de uma falta de participação do eleitor brasileiro.

5 - Hipóteses para a sofisticação eleitoral em Feira de Santana.

Nesta sessão são apresentadas as hipóteses para a verificação o tipo de sofisticação política existente num ambiente de baixa participação cívica, e com a difusão de informação confiável restrita ao círculo cotidiano familiar dos eleitores. Nos quais os eleitores se utilizam de atalhos informacionais, como os atributos pessoais dos candidatos, a distinção esquerda direita no espectro político, a situação econômica, entre outros.

O primeiro indicador pretende mesurar o conhecimento e o voto dos eleitores da cidade através de cinco perguntas. Nas três primeiras perguntas mensura, com perguntas

abertas, o conhecimento dos eleitores sobre os candidatos a: deputado estadual, deputado federal, e senadores. A hipótese testa a falta de conhecimento pelos eleitores dos candidatos aos cargos legislativos. No Brasil de maneira geral os eleitores desconhecem os nomes dos candidatos aos cargos proporcionais.

O segundo indicador pretende medir o capital social da cidade, em uma longa série de 11 questões. A série mede a frequência dos eleitores em reuniões dos seguintes grupos coletivos: associação de moradores, clubes de esporte, grupo religioso, sindicato, partido político, no orçamento público, conversa com amigos, grupos de auto-ajuda, grupos de cultura, de movimentos sociais, e por fim que vão ao shopping. A última questão procura investigar um contra ponto à participação tradicional. Se os eleitores não adquirem informação em associações comunitárias, qual então é o lugar no qual existe a possibilidade de interação coletiva.

A frequência é mensurada com a gradação: nunca; algumas vezes no ano; uma ou duas vezes por mês; quase toda semana; não sabem; não respondeu. A hipótese é de um baixo índice de frequência em reuniões de grupos coletivos, tal afirmação tem relação com a falta de conhecimento dos candidatos e a pouca discussão sobre política. O que segundo a teoria do capital social implicaria numa sociedade pouco sofisticada politicamente.

O Terceiro indicador pretende subsidiar o índice de capital social com questões acerca da discussão política e da amizade. A série de questões mede com qual frequência os eleitores conversam de política em locais públicos: escola e trabalho, no trajeto para o trabalho, fazendo compras. E nos grupos em que participam: associações, família, e com amigos. Aqui a investigação procura pelas alternativas a participação em associações coletivas. Se os eleitores não fazem parte de associações, então onde e quando conversam sobre política, e adquirem as informações necessárias a escolha eleitoral.

As questões utilizam a seguinte gradação temporal: freqüentemente, as vezes, raramente, nunca, não sabe, não respondeu. A hipótese é de um baixo índice de discussão política. O que revelaria pouco interesse pela discussão política. Os resultados

podem mostrar ainda se existe uma maior discussão de política no círculo privado ao eleitor, seus amigos e sua família do que nos círculos públicos. A aquisição de informações no círculo privado do eleitor revela uma sociedade que acredita e confia apenas em pessoas que conhece.

O quarto indicador pretende medir a confiança dos eleitores em pessoas: família, amigos, vizinho, e pessoas desconhecidas. Grupos: associação de moradores e políticos. E instituições, redes de televisão, das três cidades. A gradação é a seguinte: muita confiança, alguma confiança, pouca confiança, nenhuma confiança. A hipótese é de uma maior desconfiança de, novamente, grupos públicos e uma maior confiança em grupos próximos, ou, privados. Representa a dicotomia Casa-Rua apresentada por Roberto da Mata, muito presente na cultura política do brasileiro.

6 - Dados:

A pesquisa em Feira de Santana mostra em geral um eleitor pouco sofisticado. A frequência de eleitores que citam pelo menos um nome de candidato a deputado estadual na pesquisa é de 53%, esta frequência sobe pouco quanto o cargo é de deputado federal para 57%, e para senador sobe consideravelmente para 75%. Importante frisar que existe uma alta concentração de lembrança em poucos candidatos, nos três cargos. Na disputa ao Senado um candidato tem mais de 50 % dos votos. Na disputa a Câmara Federal, 03 candidatos respondem por 30% dos candidatos lembrados pelo eleitor. E na Assembleia Estadual apenas 03 três candidatos são lembrados por mais de 20% da população.

Tabela 1 – Porcentagem de eleitores que conhecem ao menos um nome de candidato.

	Sim (%)	Não (%)
Deputado Estadual	53	42
Deputado Federal	57	39
Senador	75	23

Os dados são consistentes com a previsão de uma hierarquia segundo o poder político dos cargos. Os Senadores são mais lembrados do que deputados federais do que deputados estaduais. Apenas observar a frequência de lembrança dos nomes de candidatos não é o único, ou melhor, meio de mensurar o conhecimento do eleitor, e, portanto sua sofisticação. Todavia será adotado como variável dependente de sofisticação política.

A frequência de participação nos grupos coletivos revelou uma lógica congruente com a média sofisticação eleitoral. O único grupo com número acima de 10% de participantes é o religioso, com 37% de participantes em quase todas as semanas. Dentre os outros grupos é possível perceber uma pequena gradação que aponta para relação entre informalidade é participação. Ou seja, quanto mais formalizado o grupo menores suas chances de atrair participantes. Grupos culturais são mais atrativos que, associação de moradores, que sindicatos, que partidos, e por fim o orçamento participativo.

Tabela 2 – Porcentagem de Participação dos eleitores de Feira de Santana em grupos coletivos.

Grupo / Participar	Nunca (%)	Quase toda Semana (%)
Religioso	36	37
Clube Esportivo	70	10
Associação de Moradores	78	4
Sindicato	81	2,5
Partido Político	86	2,5
Orçamento Participativo	90	1,2

Se os eleitores de Feira de Santana não participam de grupos coletivos, com exceção para religião. Então, em que espaço se desenvolve a pratica de adquirir

informação para conhecer os candidatos e decidir em quem votar. A frequência de locais onde os eleitores conversam sobre política, reforça os achados da baixa participação. São nos ambiente informais que os eleitores procuram conhecer os candidatos.

A gradação da frequência de conversas sobre política em cada grupo vai de 40% de eleitores pesquisados que conversam com a família sobre política durante a campanha, em seguida somente conversa com a família, depois, com amigos. Decrescendo à medida que a conversa passa para ambientes mais formais como trabalho e Escola. E Finalmente atingindo porcentagem elevada em locais públicos e grupos de ação coletiva na comunidade, o caso da associação de moradores que já havia apresentado uma baixa porcentagem de participantes.

Tabela 3 – Porcentagem de frequência de conversa sobre política em locais do cotidiano do eleitor.

frequência de conversa sobre política / Locais do cotidiano	Nunca (%)	Raramente (%)	Às vezes (%)	Freqüentemente (%)
Família na campanha	10	14	27	40
Família	18	13	31	36
Amigos	22	14	33	28
Grupos que Participa	29	19	23	23
Trabalho / Escola	41	09	24	22
Trajetos p/ trabalho	62	08	14	10
Fazendo Compras	63	12	12	10
Assoc. de Moradores	74	07	08	05

A medida de confiança ajuda a explicar a causa da gradação entre a porcentagem de eleitores que conversam mais sobre política, em ambientes informais do seu cotidiano. Do que em ambientes formais, como escola e trabalho. Do que em locais informais públicos como transporte, e shopping do que em ambientes coletivos formais como a associação de moradores. Com muitas semelhanças com a gradação dos

ambientes de conversa sobre política, o ambientes de confiança apresentam um gradação que vai da Alta confiança na família, caindo bastante na confiança com amigos, e vizinhos.

A diferença esta no ambiente coletivo. Os eleitores de feira confiam mais em instituições formais como mídia, congresso, e na associação de moradores do que em pessoas desconhecidas. A explicação para a baixa participação parece então estar na utilização de laços de confiança familiar e do cotidiano para conhecer e reconhecer candidatos, discutir sobre política e formar opinião.

Tabela 4 – Porcentagem do grau de confiança dos eleitores em indivíduos, grupos , e instituições.

Grau de Confiança/ Individuo, grupo ou instituição.	Nenhuma Confiança (%)	Alguma Confiança (%)	Pouca Confiança (%)	Muita Confiança (%)
Familia	01	05	08	84
Amigos	07	27	36	27
Vizinhos	19	35	30	13
Mídia	30	39	24	05
Políticos	48	30	16	03
Assc. de moradores	55	15	09	04
Pessoas Desconh.	72	18	06	01

Quanto, utilizando como variável dependente a lembrança do nome do candidato, em tabelas cruzadas. Os eleitores que conversam com a família durante a campanha se mostram os mais sofisticados, ou seja, são os que mais lembram do nome dos candidatos. Também apresentam uma relação as conversas com a família, amigos e

no trabalho e na escola. Participar de grupos religiosos não ajuda a conhecer os candidatos.

Aqui a hipótese de ser a instituição coletiva formal mais freqüentada, o ambiente da igreja parece não fomentar a discussão política em Feira de Santana. Assim como a confiança em políticos não mostra nenhuma relação com o conhecimento de candidatos. Novamente a gradação do ambiente informal coletivo da família e dos amigos, mais formal, do trabalho e da escola mostra uma lógica de construção da informação política no mundo cotidiano, como sustentam Ames, Baker, Renno (2006). Para os autores o “hot talk” é um importante meio de adquirir e dispersar informações.

Tabela 5 – Cruzamento da variável conhece deputado estadual com frequência que conversa sobre política com a família durante a campanha.

Crosstab

% within Conhece Deputado Estadual

		Frequencia conversa sobre politica com membos da familia durante a campanha					Total
		Frequent emente	às vezes	raramente	Nunca	NR	
Conhece Deputado Estadual	Sim	49,8%	28,2%	12,2%	9,1%	,6%	100,0%
	Não	29,0%	27,4%	16,3%	25,8%	1,6%	100,0%
	NS	20,0%	40,0%	10,0%	30,0%		100,0%
	NR	60,0%	10,0%	20,0%	10,0%		100,0%
Total		40,6%	27,7%	14,0%	16,6%	1,0%	100,0%

Tabela 6 – Cruzamento da variável conhece deputado estadual com frequência de conversa com amigos sobre política.

Crosstab

% within Conhece Deputado Estadual

		Frequencia conversa sobre politica com os amigos					Total
		Frequentemente	às vezes	raramente	Nunca	NR	
Conhece	Sim	35,4%	36,1%	12,5%	15,0%	,9%	100,0%
Deputado	Não	19,4%	30,2%	16,3%	32,1%	2,0%	100,0%
Estadual	NS	30,0%	40,0%	10,0%	20,0%		100,0%
	NR	50,0%	10,0%	10,0%	30,0%		100,0%
Total		28,8%	33,2%	14,0%	22,7%	1,4%	100,0%

Quanto utilizamos a frequência de conversas em família sobre política, durante a campanha como variável dependente, obtemos uma relação também semelhante aos outros testes. A gradação de pessoas que conversam com a família durante a campanha vai das pessoas que conversam com amigos e no trabalho com alto grau, ao grau mais menor mais significativo de variáveis como a confiança em políticos, a participação em associação de moradores, e na participação em partidos.

Portanto apenas a variável conversa com pessoas da família durante a campanha é capaz de indicar alguma relação com a participação em associações formais coletivas, e na confiança. Ter apenas a conversa nos círculos cotidiano de família e de amigos como fonte de informação releva, contudo o perigo de se estabelecer uma cultura cívica de familismo amoral ou da casa e da rua, no qual a geração de confiança entre as pessoas requeira laços de sangue ou de longa convivência. Tal forma de interação coletiva pode aumentar os custos de transação política uma vez que alternativas coletivas de socialização e aprendizado comunitário não são utilizados.

Tabela 7 – Cruzamento da variável frequência com que conversa com a família sobre política durante a campanha com confiança em políticos.

Crosstab

% within Frequencia conversa sobre politica com membros da familia durante a campanha

		Confiança nos politicos					Total
		Muita confiança	Alguma confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	NS	
Frequencia conversa sobre politica com membros da familia durante a campanha	Frequentemente	5,4%	21,3%	39,6%	33,3%		100,0%
	às vezes	2,4%	14,6%	31,7%	50,6%	,6%	100,0%
	raramente	2,4%	10,8%	26,5%	59,0%		100,0%
	Nunca	2,0%	10,2%	14,3%	73,5%		100,0%
	NR	16,7%	33,3%		16,7%		100,0%
Total		3,7%	16,2%	31,0%	48,2%	,2%	100,0%

Tabela 8 – Cruzamento da variável frequência com que conversa com a família durante a sobre política com participação em partido político.

Crosstab

% within Frequencia conversa sobre politica com membos da familia durante a campanha

		Participação em partido político						Total
		Nunca	Algumas vezes por ano	Uma ou duas vezes por mês	Quase toda semana	NS	NR	
Frequencia conversa sobre politica com membos da familia durante a campanha	Frequentemente	74,6%	16,3%	3,3%	3,8%	,4%	1,7%	100,0%
	às vezes	95,1%	1,8%	,6%	1,8%		,6%	100,0%
	raramente	90,4%	7,2%		1,2%		1,2%	100,0%
	Nunca	99,0%	1,0%					100,0%
	NR	66,7%	16,7%		16,7%			100,0%
Total		86,4%	8,5%	1,5%	2,4%	,2%	1,0%	100,0%

Conclusões:

O presente artigo ao investigar a população de eleitores da cidade de Feira de Santana na Bahia, tinha o propósito de saber como estes eleitores adquirem informação para discutir e decidir em que candidato votar. Neste intuito foram apresentadas duas perspectivas teorias. A primeira aponta a propensão dos eleitores em adquirir informações com o menor custo possível, para tanto, os eleitores criam atalhos informacionais. A outra perspectiva defende a idéia de uma construção histórica sociológica da identidade eleitoral dos indivíduos, que adquirem informação ao longo do tempo, influenciados por condições sociais e históricas. Ambas as teorias se encontram em estagio avançado de naturalização no Brasil, onde alguns autores já constataram a utilização de atalhos informacionais como a importância de tópicos de campanha que definem valores e crenças da população. Enquanto outros alertam para o

pouco desenvolvimento de uma cultura política democrática em sociedade nas quais os atalhos informacionais são variáveis importantes.

As hipóteses apresentadas tinham a intenção de saber quais variáveis têm relação com o conhecimento dos eleitores a respeito do nome dos candidatos aos cargos proporcionais. O conhecimento dos eleitores, e por correspondência a sofisticação eleitoral foi medido pela citação espontânea do nome dos candidatos. Enquanto as variáveis que poderiam explicar esta lembrança foram divididas em três grupos: as de participação em grupos coletivos, a frequência de conversas sobre política em grupos coletivos formais e informais e a confiança dos eleitores em instituições e grupos informais.

Os dados revelaram um maior conhecimento dos candidatos daqueles eleitores que conversam sobre política no núcleo de seu cotidiano, incluídos a família, os amigos e as pessoas do trabalho e da escola. Fora desse grupo a tendência é de uma menor participação e por consequência uma menor relação entre conversa nestes grupos sobre a política. Ao testar a variável conversa com a família sobre política. Os dados revelam um maior grau de relação com variáveis de confiança e participação em grupos formais coletivos.

Bibliografia:

AMES, B.; BAKER, A.; RENNO, L. Split-ticket voting as the rule: Voters and permanent divided government in Brazil. *Electoral Studies* v. 28, p. 8-20, 2009.

AMES, B.; BAKER, A. ; RENNO, L. R. . A "Qualidade" das Eleições no Brasil: Como Decidem os Eleitores?. In: Débora Messenberg; Julio Roberto de Souza Pinto; Leone Campos de Sousa; Cristiano Ferri Soares de Faria. (Org.). *Estudos Legislativos: 20 Anos da Constituição Brasileira*. 1 ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2010, v. , p. 131-163.

BAKER, A; AMES, B. ; RENNO, L. R. . Social Context and Campaign Volatility in New Democracies: Networks and Neighborhoods in Brazil's 2002 Elections. *American Journal of Political Science* v. 50, n. 2, 2006.

BAQUERO, C. M. J. . Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública (UNICAMP)*, v. 14, p. 380-413, 2008.

BAQUERO, C. M. J. . Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). Opinião Publica (UNICAMP), v. 13, p. 231-259, 2007.

CARREIRAO, Yan de Souza . Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. Opinião Pública. v. 14, p. 319-351, 2008.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). Dados. Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004.

CARREIRÃO, Yan de Souza. ; BARBETTA, Pedro Alberto. A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da grande São Paulo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 75-93, 2004.

DOWNS, Anthony. Uma Teoria econômica da democracia. São Paulo: EDUSP, 1999

PUTMAN, Robert. Comunidade e Democracia. 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2008

RENNO, L. R. Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002. Dados (Rio de Janeiro), v. 50, p. 721-755, 2007.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de janeiro: Fundo De Cultura 1961.